

Análise histórica da evolução da Educação Brasileira

Historical analysis of the evolution of Brazilian Education

Análisis histórico de la evolución de la Educación Brasileña

Recebido: 26/02/2023 | Revisado: 19/03/2023 | Aceitado: 20/03/2023 | Publicado: 25/03/2023

Mayara Rossi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9182-1888>
Instituto Federal de Goiás, Brasil
E-mail: professoramayarossi@hotmail.com

Vanusa Maria de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8901-3374>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: vanusa.oliveira_@hotmail.com

Paula Daniella Leão Braun

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2442-3257>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: paulabraun_nx@hotmail.com

Sônia Aparecida Araújo Verdelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1584-6423>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: soniaverdelho@hotmail.com

Edson Garcia da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2497-5449>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: garciasilva140782tjp@gmail.com

Nilvana Gomes da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6577-1717>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: nilvana_gomes@hotmail.com

Tamires Arrais Mendes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8112-837X>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: tamires.arrais.1@hotmail.com

Valquíria Machado de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4670-1219>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: valquiriamo10@gmail.com

Elaine Silva Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3058-5412>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: elainesilvasantos15@hotmail.com

Juliana Aparecida Reis Marcelino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6795-9425>
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso, Brasil
E-mail: marcelinoju2@gmail.com

Isadora Fernandes Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9307-9544>
Escola Municipal Vilma Vieira, Brasil
E-mail: isaferlima07@gmail.com

Luzia Freitas Cordeiro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7848-7634>
CMEF Professor José Nogueira de Moraes, Brasil
E-mail: luziacordeiro1974@gmail.com

Rosana Magalhães da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6527-9581>
Escola Municipal Antônio Clarismundo Cheffer, Brasil
E-mail: rosanamagalhaes2812@gmail.com

Resumo

Refletir e compreender a história da Educação é de extrema relevância para então compreendermos a atual situação educacional e o que aconteceu nesse processo histórico. Nesse sentido, o artigo traz uma reflexão a respeito da temática “história da Educação Brasileira”, tendo como objetivo uma análise histórica da Educação Brasileira desde seus primórdios até os dias atuais. O procedimento metodológico utilizado foi o bibliográfico, com abordagem

qualitativa. A coleta de dados se deu por meio das plataformas de busca “Periódico Capes” e “Google Acadêmico”, utilizando-se dos seguintes descritores: “História da Educação”, “Evolução da Educação”, “Análise histórica da Educação”, sem recorte temporal, sendo os trabalhos selecionados segundo os interesses dos pesquisadores. Para a análise dos resultados foi escolhida a Análise de Livre Interpretação (ALI). Os resultados do estudo apontam que desde os tempos mais remotos existe a necessidade de formação humana, de comunicação e de escrita. Analisando essa Educação desde o Período Jesuítico; e passando pelos Período Joanino; Período Imperial; Primeira República; Segunda República; Estado Novo; Nova República; Regime Militar até os dias atuais pode-se concluir que muita coisa mudou, mas ainda há muito para se mudar. Leis, decretos, escolas, universidades, políticas, foram criadas, a Educação que era apenas fornecida para uma minoria da população (nobre) passou a ser direito de todos, o que de fato foi um grande avanço para a sociedade.

Palavras-chave: Análise histórica; Evolução da educação; História da educação.

Abstract

Reflecting and understanding the history of Education is extremely important so that we can understand the current educational situation and what happened in this historical process. In this sense, the article brings a reflection on the theme “history of Brazilian Education”, aiming at a historical analysis of Brazilian Education from its beginnings to the present day. The methodological procedure used was the bibliographical one, with a qualitative approach. Data collection took place through the search platforms “Periódico Capes” and “Google Acadêmico”, using the following descriptors: “History of Education”, “Evolution of Education”, “Historical Analysis of Education”, without a time frame, with the works selected according to the interests of the researchers. For the analysis of the results, the Free Interpretation Analysis (ALI) was chosen. The results of the study indicate that since the most remote times there has been a need for human training, communication and writing. Analyzing this Education since the Jesuit Period; and passing through the Johannine Period; Imperial period; First Republic; Second Republic; New state; New Republic; Military Regime to the present day it can be concluded that a lot has changed, but there is still a lot to change. Laws, decrees, schools, universities, policies were created, Education that was only provided for a minority of the population (nobles) became the right of all, which in fact was a great advance for society.

Keywords: Historical analysis; Evolution of education; History of education.

Resumen

Reflexionar y comprender la historia de la Educación es sumamente importante para que podamos comprender la situación educativa actual y lo sucedido en este proceso histórico. En ese sentido, el artículo trae una reflexión sobre el tema “historia de la Educación Brasileña”, con el objetivo de un análisis histórico de la Educación Brasileña desde sus inicios hasta la actualidad. El procedimiento metodológico utilizado fue el bibliográfico, con un enfoque cualitativo. La recolección de datos se realizó a través de las plataformas de búsqueda “Periódico Capes” y “Google Acadêmico”, utilizando los siguientes descriptores: “Historia de la Educación”, “Evolución de la Educación”, “Análisis Histórico de la Educación”, sin marco temporal, con las obras seleccionadas según los intereses de los investigadores. Para el análisis de los resultados se optó por el Análisis de Interpretación Libre (ALI). Los resultados del estudio indican que desde los tiempos más remotos ha existido la necesidad de la formación humana, la comunicación y la escritura. Analizando esta Educación desde el Periodo Jesuítico; y pasando por el Período Juanino; período imperial; Primera República; Segunda República; Nuevo estado; Nueva República; Régimen Militar hasta el día de hoy se puede concluir que mucho ha cambiado, pero aún queda mucho por cambiar. Se crearon leyes, decretos, escuelas, universidades, políticas, la educación que solo se brindaba a una minoría de la población (nobles) se convirtió en derecho de todos, lo que de hecho fue un gran avance para la sociedad.

Palabras clave: Análisis histórico; Evolución de la educación; Historia de la educación.

1. Introdução

Desde a antiguidade a sociedade já tinha a preocupação em repassar conhecimento, se comunicar, preservar a cultura, formar pessoas. Foi com esse objetivo que a humanidade construiu as civilizações. Existia uma educação celetista e hierarquizada quanto a quem deveria aprender a escrita. Sendo assim, era negado a maior parte da população o acesso a educação formal. A educação era destinada aos filhos das pessoas nobres e não havia uma reflexão pedagógica, o ensino era restrito a orientações de como educar, que estava presente nas escrituras sagradas, onde se oferecia regras de conduta com valores morais e religiosos (Santos, 2021).

Posto desse modo, para que se possa entender de modo aprofundado a educação atual, que é um processo constituído historicamente, é fundamental e imprescindível entendê-lo à luz da história, entendendo como era a Educação em cada

período. A história da Educação no Brasil necessita ser compreendida como um todo de modo que o presente possa ser aperfeiçoado com base no que deu errado ou certo anteriormente (Souza, 2018).

Elenca-se que a sistematização deste trabalho se dá seguinte uma linha do tempo, iniciando pelo Período Jesuítico (1549-1759) até a Educação dos dias atuais e entre esses foram discutidos os seguintes: Período Joanino (1808-1821); Período Imperial (1822-1888); Primeira República (1889-1929); Segunda República (1930-1936); Estado Novo (1937-1945); Nova República (1946-1963); Regime Militar (1964-1985).

Ao fazer esse breve percurso histórico, a grande questão que será colocada é: Como a Educação evolui com o passar do tempo? Desse modo, o estudo em voga teve por objetivo fazer uma análise histórica da Educação Brasileira desde seus primórdios até os dias atuais.

2. Metodologia

A presente pesquisa se estrutura metodologicamente como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros e trabalhos científicos. Quase todas as pesquisas embora exijam essa natureza, há aquelas desenvolvidas especialmente a partir de fontes bibliográficas, como está. Sendo sua principal vantagem a gama de fenômenos muito mais ampla do que uma que pesquisa que poderia ser feita diretamente na fonte (Gil, 2008).

Esse tipo de pesquisa abrange toda bibliografia já tornada pública e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que foi escrito sobre determinado assunto (Marconi & Lakatos, 2007).

Em relação a abordagem qualitativa, está pressupõe uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano e “fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (Marconi & Lakatos, 2007, p. 269). Ao usar este método o investigador interessa-se pelo processo mais do que simplesmente pelos resultados ou produto.

Mínayo (1994, p. 21-22) caracteriza a pesquisa qualitativa como sendo aquela que responde a questões mais particulares, onde se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado em números, “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Para o desenvolvimento deste artigo foram feitas buscas por trabalhos científicos com a mesma temática aqui discutida “História da Educação”, “Evolução da Educação”, “Análise histórica da Educação”, nas plataformas de busca “Periódico Capes” e “Google Acadêmico”, sem recorte temporal.

Foram selecionados os trabalhos que mais convinham com o objetivo deste estudo e que tratassem da temática em questão. Nesse sentido, trabalhos fora do escopo foram excluídos das buscas, após leituras de seus resumos. Além do uso desses trabalhos, foram utilizados para a elaboração da pesquisa livros da Literatura Brasileira.

Após a seleção de alguns trabalhos, foram realizadas seções de leituras aprofundadas e discussões em grupo, bem como foi feito fichamentos das leituras e análise de sua interpretação, que permitiu uma maior aproximação com o assunto e colaborou para a escrita do texto em voga.

A análise dos resultados seguiu os pressupostos da Análise de Livre Interpretação (ALI). Segundo Anjos et al., (2019, p. 32):

Em ALI, a compreensão se dá dentro de um conceito de interação comunicativa, que tem na escrita fonte demarcatória do discurso, dos traços produzidos por esse. Nesse sentido, a ALI vai ser somada ao conhecimento em que se aportou o professor-pesquisador, na experiência pessoal de cada sujeito envolvido na pesquisa, nas relações

que dispõem canais verbais e não verbais, como forma de interações que comungam compreensão e captação dos contextos circundantes e comunicativos.

3. Resultados e Discussão

De acordo com Ferraro (2008) O direito à educação pode ser denominado como um conjunto de direitos sociais, que têm como objetivo a igualdade entre as pessoas. Esse direito foi reconhecido somente a partir da Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros. Com isso, na antiguidade o ensino era tratado apenas como assistência, somente a elite, a nobreza e o clero tinham acesso à escolarização na época.

Segue abaixo uma análise histórica, assim como a evolução da educação brasileira nas entrelinhas adiante. Ressalta-se como importante analisar a evolução da educação brasileira para chegar-se ao seu cenário atual.

Período Jesuítico (1549-1759): A chegada dos jesuítas no Brasil busca consolidar o ensino público por meio da Companhia de Jesus. Essa Companhia foi fundada por Inácio de Loyola, na Europa em 1540 e era formada por padres que tinham como missão evangelizar e catequizar as pessoas, pregando o nome de Jesus. Com a descoberta das terras da América, o projeto de Inácio de Loyola foi ampliado e levado para essas novas terras, com vistas a pregar a palavra de Deus para os índios. O primeiro grupo de jesuítas chegou à Colônia brasileira no ano de 1549. O padre Manuel da Nóbrega era o chefe da Companhia de Jesus e junto a seus companheiros da Companhia fundaram na Bahia, ainda em 1549, a primeira “escola de ler e escrever” brasileira (Neto e Maciel, 2008).

Os jesuítas se dedicaram a pregação da fé católica e ao trabalho educativo (catequização). Eles criaram as escolas de primeiras letras de alfabetização (como já citado) e os colégios formadores de Sacerdotes. Reforça-se que a escolarização era um privilégio somente da nobreza. Em 1759 os jesuítas foram expulsos de todas as colônias por decisão de Sebastião José de Carvalho – O Marquês de Pombal, pois a educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais (interesses do Estado) de Pombal. A partir dessa expulsão, Marquês de Pombal impõe algumas medidas: a primeira implantação do ensino público oficial; a nomeação de professores; sistema de aulas Régis; subsídio literário, e o resultado disso foi que no princípio do século XIX a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. Esta situação somente começou a mudar com a chegada da família real ao Brasil (1808) (Ferraro, 2018).

Período Joanino (1808-1821): Com a chegada da família real em terras houve uma nova ruptura com a situação anterior; e foram criadas algumas universidades, a Biblioteca Nacional (Real), a Academia Militar, Escolas de Direito e Medicina; o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Bem como, algumas escolas secundárias. Todavia, um sistema educacional propriamente dito não foi criado (Ferraro, 2018; Santos, 2021).

De acordo com Oliveira (2013, p. 147) “com uma característica marcadamente secular, religiosa e estatal, D. João VI reproduziu no Brasil o mesmo sistema educativo que vinha sendo desenvolvido em Portugal, tendo como um dos principais objetivos a profissionalização da camada dirigente, sobretudo a partir da regulamentação de instituições superiores”.

Período Imperial (1822-1888): O ensino era elitista e propedêutico, elementar e secundário. Passou pelo processo de Independência do Brasil e a Revolução Liberal do Porto; surgiu uma Assembleia constituinte e em 1824 é outorgada a primeira Constituição Brasileira com intenção de instruir as pessoas a saberem ler e escrever. Em 1834 o Ato Adicional à constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. O ensino superior ficou a cargo da Coroa e não havendo infraestrutura para oferecer este sistema o analfabetismo chega a 97% da população (Ferraro, 2008).

Para Malanchen e Orso (2006) a educação escolar no período Imperial brasileiro tinha como base uma sociedade marcada pelo modelo econômico agroexportador, cuja sustentação recaía no trabalho escravo. E ainda ressaltam que durante a “transição do Brasil colônia para o Império após a expulsão dos jesuítas foram, instituídas as aulas régis, onde a educação passou a ser controlada pelo Estado. Este sistema de ensino que na atualidade equivaleria ao Ensino Fundamental e Médio continuou sendo ofertado no Brasil em aulas avulsas até mesmo depois da Independência”.

Ainda de acordo com Malanchen e Orso (2006) no ano de 1824, a Carta Magna foi outorgada e estabeleceu-se no artigo 179 a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. Mas maior destaque teve a lei de 1827 que dispôs sobre a instrução pública no Império, em que tentou criar um sistema de instrução pública. Ainda nesse ano foi aprovado um projeto de criação de dois cursos jurídicos em nível superior (São Paulo e Olinda). Depois, em 1834 por meio de um ato adicional decretado foi eliminada toda intenção de compor um sistema nacional de educação de primeiras letras, e tornou-se responsabilidade da província construir os estabelecimentos de ensino e promovê-lo. Enfim, toda a educação imperial foi direcionada às necessidades da elite, jamais sendo configurada a centralidade da educação popular.

Primeira República (1889-1929): Percebe-se a influência da filosofia positivista; ocorre a reforma de Benjamin Constant; é substituída a predominância literária pela científica; o percentual de analfabetismo chega a 75% da população; e é fundada a Academia Brasileira de Letras por Machado de Assis.

Conforme Magalhães (2006, p. 03):

Durante todo o período da Primeira República, parece terem sido os positivistas quem ‘pensaram’ a Educação e efetivaram as reformas educacionais, em nível nacional. Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, entre 1890 e 1891, realiza a reforma do ensino primário e secundário. Em seguida, o gaúcho Rivadávia Corrêa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores realiza, durante sua gestão (1910-1914), segundo Cunha (1980) “uma das mais ousadas e heterodoxas reformas da educação escolar no país” (p.139). Depois destas, aconteceram a reforma de Carlos Maximiliano (1915) e a reforma de ensino de Rocha Vaz em 1925.

Segunda República (1930-1936): Entrada do Brasil no mundo capitalista; investimento no mercado interno e na produção industrial; geração de grandes educadores; é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes até o momento (Ferraro, 2008).

Ainda sobre este período Carvalho (2021) diz que a Revolução de 30 foi o marco para a entrada do Brasil no mundo capitalista. Sendo assim, essa nova realidade passa a exigir uma mão-de-obra especializada e para que isso se concretizasse era necessário investir em educação. Reiterando o que já foi dito por Ferraro (2008) acima, 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos criam o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação, que só iniciam seu funcionamento em 1934. Os decretos mencionados também instituem o Estatuto das Universidades Brasileiras (onde dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário); bem como, dispõem sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro e sobre a organização do ensino secundário; além disso, organizam o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências e consolida as disposições sobre o ensino secundário.

Em 1932 alguns educadores lançam à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O Governo Provisório foi marcado por uma série de instabilidades, especialmente por exigir uma nova Constituição para o país. Até que no ano de 1934 a nova Constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda nesse ano foi criada a Universidade de São Paulo. Em 1935 cria-se a Universidade do Distrito

Federal. Em função da instabilidade política deste período, como citado, Getúlio Vargas instala o Estado Novo e proclama uma outra nova Constituição (conhecida como Polaca) (Carvalho, 2021).

Estado Novo (1937-1945): A nova Constituição é outorgada, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional; tira do Estado o dever da educação; há obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais; mantem-se a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário; é criada a União Nacional dos Estudantes e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; implantam-se reformas que recebem o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Neste período o ensino passou a ser composto por cinco anos de primário, quatro anos de ginásio e três anos de colegial (Ferraro, 2008).

Henn e Nunes (2013) em seus estudos concluem que a educação escolar, nesse período, desempenhou um papel importante na divulgação dos feitos do governo e, serviu como uma forma de propaganda política para Vargas e seu Estado Novo. O regime Vargas foi instaurado de forma autoritária, sem o apoio da população. O Estado Novo teve seu regime baseado em regimes europeus. Essa influência se deu no âmbito da propaganda e também foi voltada para a questão do corpo (um corpo funcional, capaz de realizar atividades nas indústrias e também, quando necessário, como soldado). “Por último notou-se a forte presença militar na educação. Os militares utilizaram-se da sua disciplina, ensinada a eles dentro dos quartéis, para ajudar na normatização de regras dentro das escolas públicas e, construir, dessa maneira, alunos que respeitassem hierarquias e, claramente, obedecessem ao seu líder político” (Henn e Nunes, 2013, p. 1048).

Nova República (1946-1963): Movimento a favor da escola pública, universal e gratuita; Constituição de 1946; criação do SENAC; a educação passa a ser administrada pelo MEC e é criado o Plano Nacional de Educação, como também o Programa Nacional de Alfabetização (Ferraro, 2008).

Regime Militar (1964-1985): Criam-se agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação; amplia-se o ensino obrigatório de quatro a oito anos; a União Nacional dos Estudantes passa a ser proibida de funcionar; há uma grande expansão das universidades no Brasil; é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização; acontece a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional; ocorre o golpe militar de 1964; a reforma Universitária, entre outros feitos. A partir de 1970 há intensificação do processo economista na educação brasileira. Em 1971 tem-se a promulgação da 2ª LDB (Ferraro, 2008).

Educação de 1985 até os dias atuais: as eleições para presidente em 1985 contrariou as expectativas e anseios da população, e a posse de José Sarney como presidente mostrou claramente que essas mudanças políticas não eram para o bem de todos, mas sim de uma pequena classe no que tange a educação. Mas se compararmos historicamente a educação atual, veremos que, em questão de acesso à escola, houve grande melhora: 98,2% das crianças de 6 a 14 anos frequentavam a escola em 2012. O percentual de jovens de 15 a 17 anos frequentando a escola em 2012 foi de 84,1%” e sobre o analfabetismo afirma que passou de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012” (Souza, 2018).

Outro fator importante a destacar é que o binômio elitismo e exclusão ainda não desapareceram, pelo contrário, encontra-se em uma intensidade máxima. A escola pode ser entendida em duas faces: 1) aquela que tem formado, por meio das escolas particulares, a elite que governará o país e das grandes indústrias; 2) aquela escola pública para todos, mas ineficiente, que se restringe a formar proletários para as indústrias. Um estudante de escola pública não tem condições de competir com um estudante de escola particular nas melhores vagas das universidades. O ensino que o primeiro recebeu está muito além do último. Sendo assim, fica evidente que a escola foi estruturada pelos dominantes (Souza, 2018).

Essa precarização se dá diante ao baixo nível de formação que as faculdades oferecem e mediante a baixa valorização dos professores, com seus pisos salariais baixíssimos. Desse modo, se tratarmos o professor como um mero proletário da

educação, raramente se obterá bons resultados na sala de aula. Além dessas questões existem muitas outras. O fato é que nunca existiram políticas públicas que visassem uma transformação real da educação (Souza, 2018).

Ademais, é importante discutir a respeito de algumas leis que marcaram a Educação. Iniciando-se aqui pela promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), está última teve outras versões anteriormente, mas focaremos apenas nessa.

Somente após a Constituição Federal, de 1988, o direito a educação foi reconhecido, onde estabelece em seu artigo 205º: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em seu artigo 208: o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Ferraro, 2008).

Existem também duas outras leis que regulamentam “o direito a educação”: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. O Estatuto da Criança e do Adolescente reproduzindo a CF apresenta o direito ao ensino básico, em seu art. 54 como direito público. A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (Ferraro, 2008).

Assim como está na Constituição e em outras leis: Todos os cidadãos têm direito à educação, portanto ela é um direito público subjetivo, independentemente de raça, cor, credo, etnia, religião, etc. Jamais podendo ser negada a sua matrícula. Saiba-se que somente através da educação o indivíduo tem oportunidade de viver e conviver em sociedade, de se desenvolver integralmente, se tornando um cidadão crítico e autônomo. E quem não tem acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade (Ferraro, 2008).

Todavia, como afirma Ferraro (2008) a educação nem sempre foi considerada como “um direito para todos”, na antiguidade somente a elite e o clero tinham acesso a escolarização e os demais grupos eram desfavorecidos. Com o passar dos tempos essa ideia foi sendo modificada, mas somente a partir da Constituição de 1988 que a Educação Brasileira teve um grande avanço: o de oferecer educação para todos.

Ao propor uma reflexão sobre a educação brasileira, vale lembrar que só em meados do século XX o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Com isso posto, podemos nos voltar aos dados nacionais: O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (Bruini, 2020, p. 01).

4. Considerações Finais

Por meio do estudo aqui apresentado podemos concluir que desde a antiguidade, iniciando-se no período jesuítico, a educação era deixada em segundo plano. Dava-se prioridade a determinadas classes dominantes, enquanto as demais eram desfavorecidas.

Um grande exemplo dessas privações é quando houve a expulsão dos jesuítas em 1759, onde a soma dos alunos de todas as instituições não atingia 0,1% da população e delas ainda estavam excluídas as mulheres, os escravos, os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas.

O fato é que desde a antiguidade há uma descontinuidade nas políticas educativas, e cada um que chega ao poder procura imprimir sua marca, desfazendo o que já estava em andamento. Se uma reforma promove a centralização, vem a outra e descentraliza, e assim por diante.

A era atual tem início com a Constituição, promulgada em 1988, que torna a educação “um direito público subjetivo: direito de todos”. E mesmo com “tamanho avanço” de acesso a educação o ensino ainda se configura como elitista e excludente, dados que os menos favorecidos ficam prejudicados nesse processo.

Enfim a marca da descontinuidade na política de educação atual faz-se presente na meta, sempre adiada. Podendo concluir que o Brasil chegou ao final do século XX sem resolver os problemas que muitos países já resolveram em relação a educação e nesse diapasão pode-se prever mais alguns anos para resolver o mesmo problema

Para findar as conclusões, acredita-se que a partir do resgate e da compreensão do passado sobre a Educação, tenha-se contribuído significativamente para compreender melhor a Educação na atualidade, assim como, contribuído para que essa história possa ser escrita de maneira diferente no amanhã. Espera-se que comumente que por meio dessa pesquisa seja possível enriquecer o debate sobre este tema tão interessante na História Brasileira.

Sugere para trabalhos futuros que se pesquise a respeito da história da educação de modalidades específicas, como a Educação Indígena, Educação à Distância, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológico e Educação Especial.

Referências

- Anjos, M. B., Rôças, G. & Pereira, M. V. (2019). Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. *Ensino, Saúde e Ambiente*, 12(3), 27-39.
- Bittar, M. & Bittar, M. (2012). História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum*, 34(2), 157-168.
- Bruini, E. C. (2020). *Educação no Brasil*. Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>
- Carvalho, F. V. (2021). *Filosofando: Espaço de ideias e reflexões em filosofia e Educação*. <http://frankvcarvalho.blogspot.com/2011/06/educacao-no-brasil-periodo-da-segunda.html>.
- Ferraro, A. R. (2008). Direito à educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? *Educ. Pesqui.*, 34(2), 273-289.
- Ferreira, M. L. & Marques, A. J. (2020). Um breve percurso histórico da educação brasileira e do pensamento educacional contemporâneo: implicações para o ensino de química. *Research, Society and Development*, 9(5), 1-19. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3333>.
- Filho, A. P. A. S., Barroso, M. C. S. & Sampaio, C. G. (2021). História da educação no Brasil: da Constituição da República Federativa de 1988 à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Research, Society and Development*, 10(3), 1-7. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13667>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), Atlas.
- Henn, L. G. & Nunes, P. P. C. (2013). A educação escolar durante o período do Estado Novo. *Revista Latino-Americana de História*, 2(6), 1040-1049.
- Lima, A. Q. O., Tavares, M. B. N. T. & Melo, E. S. N. (2022). História da educação profissional no Brasil e sua relação com o princípio do trabalho. *Research, Society and Development*, 11(4), 1-13. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27447>.
- Magalhães, L. D. R. A educação na primeira república. In: Lombardi, J. C., Saviani, D. & Nascimento, M. I. (2006). (Org.). *Navegando pela História a Educação Brasileira*. Gráfica FE UNICAMP/HISTEDBR, 1, 1-769.
- Malanchen, J. & Orso, P. J. (2006). Considerações sobre a educação escolar no período imperial brasileiro. *Revista em Educação*, 1(1), 41-46.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. Atlas.
- Minayo, M. C. S. (1994). (Org.). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. (17a ed.), Vozes.
- Oliveira, A. M. B. S. (2013). Uma análise sobre a política Educacional no Brasil durante o período joanino (1808-1821). In: Oliveira, S. F. P. & Silva, M. G. (Org.). *Educação e políticas públicas: desafios, reflexões e possibilidades*. Franca: Uni-Facef; Unesp, 1, 138-148.
- Santos, A. M., Freiberger, R. L. & Mendes, D. (2022). Império romano: estrutura e funcionamento da Educação. *Research, Society and Development*, 11(1), 1-9. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19682>.
- Santos, C. R. G. (2021). *História da educação*. Editora Senac.

Souza, E. A. M. (2018). História da Educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. *Cadernos da Pedagogia*, 12(12), 15-33.

Veiga, C. G. & Fonseca, T. N. L. (2018). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Autêntica.

Zanin, A. G. C., Batista, V. S. & Oliveira, T. (2022). Rosvita de Gandersheim: Teatro e Educação no Século X. *Research, Society and Development*, 11(1), 1-11. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24713> .